



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº <u>407</u> / <u>20</u>
	AUTOR: DEPUTADO Anderson Pereira - PROS		
<p>Requer, ao Governador do Estado, extenso ao Secretário da Casa Civil e Secretário de Estado de Saúde - SESAU, informações quanto às categorias de servidores estaduais que serão priorizadas quando liberada as doses da vacina contra o COVID-19.</p> <p>O Deputado que ao final subscreve, nos termos dos artigos 29, XVIII e XXXVI e 31, § 3º ambos da Constituição Estadual c/c os artigos 67, II; 146, IX; Art. 172 e 179 do Regimento Interno, Requer, ao Governador do Estado, extenso ao Secretário da Casa Civil e Secretário de Estado de Saúde - SESAU, informações quanto as categorias de servidores estaduais, que serão priorizadas, quando liberada as doses da vacina contra o COVID-19.</p> <p>Insta frisar, que de acordo com o Plano de Imunização do Ministério da Saúde, em fase final de elaboração, prevê que a vacinação ocorrerá em quatro etapas, sendo uma delas, destinada aos profissionais de categorias que se encontram mais expostos ao risco do contágio da COVID-19.</p> <p>Deste modo, destaca-se a necessidade de apresentação de resposta pelo Órgão solicitado, no prazo de 10 dias, a contar do recebimento, importando a inércia em crime de responsabilidade.</p> <p>Plenário das Deliberações, 04 de dezembro de 2020.</p> <p><u>Deputado Estadual Anderson Pereira</u> PROS</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº _____ / _____
	AUTOR: DEPUTADO Anderson Pereira - PROS		
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Excelentíssimo Senhor Presidente, Nobres Parlamentares,</p> <p>Este Requerimento, com fulcro nos artigos 29, XVIII e XXXVI e 31, § 3º ambos da Constituição Estadual c/c os artigos 67, II 146, IX, 172 e c/c Art. 179 do Regimento Interno, solicita, informações ao Governador do Estado, extenso ao Secretário da Casa Civil e Secretário de Estado de Saúde - SESAU, informações quanto as categorias de servidores estaduais, que serão priorizadas, quando liberada as doses da Vacina contra o COVID-19.</p> <p>Portanto, deve-se considerar que é de competência privativa da Assembleia Legislativa, conforme disposto no artigo 29, XVIII e XXXVI da Constituição Estadual, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta e os atos administrativos e financeiros das Instituições mantidas pelo Poder Público.</p> <p>Insta frisar, que de acordo com o Plano de Imunização do Ministério da Saúde, em fase final de elaboração, prevê que a vacinação ocorrerá em quatro etapas, sendo uma delas, destinada aos profissionais de categorias que se encontram mais expostas ao risco do contágio da COVID-19.</p> <p>Outrossim, é sabido que os profissionais da saúde e da segurança pública são considerados essenciais na sociedade quanto ao combate à pandemia do novo coronavírus, são servidores que estão na linha de frente, lidando diariamente com a situação de vulnerabilidade diante da covid-19, com a iminência de serem positivados com alta carga viral, o que torna cada vez mais preocupante a saúde, bem como a ausência desse profissional no seu local de trabalho.</p> <p style="text-align: right;"></p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº _____ / _____

AUTOR: DEPUTADO Anderson Pereira - PROS

Deste modo, solicitamos tais informações acerca das categorias que serão priorizadas quando as doses da Vacina contra o COVID-19 estiverem aptas ao uso, em virtude da preocupação com os servidores mencionados.

Outrossim, merece destaque a necessidade de apresentação de resposta pelo Órgão solicitado, no prazo de 10 dias, a contar do recebimento, importando a inércia em crime de responsabilidade, vejamos:

Art. 31. [...]

*§ 3º. A Mesa da Assembleia Legislativa pode encaminhar pedido de informações ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, aos Secretários de Estado e aos Diretores de órgãos e empresas públicas, **implicando em crime de responsabilidade, nos termos da lei**, a recusa ou não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas. (Grifo nosso)*

Diante do exposto, ante a relevância do pleito requer o apoio dos nobres Pares para o encaminhamento do presente Requerimento.